

UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA A PARTIR DOS INDICADORES EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS.

ANALYSIS OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM FROM THE EDUCATIONAL INDICATORS IN THE MUNICIPALITY OF SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS.

ANÁLISIS DEL PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DESDE LOS INDICADORES EDUCATIVOS DEL MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS.

Adriano Rodrigues Moraes¹
Keile Aparecida Beraldo²
Lina Maria Gonçalves³

Resumo: O objetivo deste trabalho foi analisar a contribuição do Programa Bolsa Família (PBF) para a permanência dos alunos de escolas públicas, no município de São Sebastião do Tocantins, no período de 2015 a 2019. A pesquisa adotou a abordagem qualiquantitativa, com delineamento exploratório-descritivo e foi desenvolvida por meio de pesquisas bibliográfica e documental. De acordo com os resultados, nesse período, foram gastos um valor de R\$ 12.447.604,48, atendendo um total de 3.385 estudantes. Os dados revelaram que os estudantes da rede pública, atendidos pelo PBF no município de São Sebastião do Tocantins, tiveram uma taxa de aprovação de 86,55%. Conclui-se pela significativa contribuição do PBF na permanência, frequência e participação dos estudantes atendidos no processo de escolarização. Constatou-se, ainda, que o auxílio do PBF se estende às demais pessoas da família dependem desta renda para sua subsistência.

Palavras-chave: Educação pública; Vulnerabilidade social; Permanência Escolar.

Abstract: The goal of this project was to analyze the contribution of the Bolsa Família Program (BFP) to the permanence of public-school students in the city of São Sebastião do Tocantins from 2015 to 2019. The research adopted a qualitative and quantitative approach with an exploratory-descriptive outline and was developed through bibliographic and documental research. According to the results, in this period an amount of R\$ 12,447,604.48 was spent serving an total of 3,385 students. The data revealed that public school students, assisted by the BFP in the city of São Sebastião do Tocantins had a school approval rate of 86,55%. It is concluded the significant contribution of the BFP in the permanence, attendance and participation of the students who had access to the program in the education process. It was also found that the BFP assistance extends to other family members who depend on this income for their subsistence.

Keywords: Public education; Social vulnerability; School permanence.

Resumen: El objetivo de este trabajo fue analizar la contribución del Programa Bolsa Familia (PBF) a la permanencia de los estudiantes de las escuelas públicas en la ciudad de São Sebastião do Tocantins, de 2015 a 2019. La investigación adoptó un enfoque cualitativo y cuantitativo, con un exploratorio-descriptivo y se desarrolló a través de

¹ Mestre em Gestão de Políticas Públicas e professor a rede estadual de ensino do Tocantins. São Sebastião do Tocantins, Tocantins, Brasil. adrianomoraes2010@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-9840-20292-9840-2029>

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins, Campus Palmas, Tocantins, Brasil. keile@uft.edu.br. <http://orcid.org/0000-0002-0739-1548>

³ Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais, campus Divinópolis e Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, Brasil. lina.goncalves@uemg.br. <http://orcid.org/0000-0002-9859-1309>

la investigación bibliográfica y documental. Según los resultados, en este período se gastó un monto de R \$ 12.447.604,48, atendiendo a un total de 3.385 estudiantes. Los datos revelaron que los estudiantes de escuelas públicas, asistidos por el PBF, en la ciudad de São Sebastião do Tocantins, tenían una tasa de aprobación del 86,55%. Se concluye con el aporte significativo del PBF en la permanencia, asistencia y participación de los estudiantes atendidos en el proceso de escolarización. También se encontró que la asistencia del PPD se extiende a otros miembros de la familia que dependen de estos ingresos para su subsistencia.

Palabras clave: Educación pública; Vulnerabilidad social; Permanencia escolar.

INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social é um problema habitual na história. As alterações de tais vulnerabilidades estão preponderantemente associadas à maneira como são delimitadas, nos inúmeros cenários e fases da história (COLLARES, 2014). Desse modo, a análise das políticas públicas de renda mínima, no contexto pandêmico, assume um papel relevante nas esferas federal, estadual e municipal. No Brasil, o problema vem sendo contornado pela política pública de renda mínima, via Programa Bolsa Família (PBF). Esse programa se sustentou por dezenove anos no tripé: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares.

A transferência direta de renda tem como objetivo possibilitar alívio imediato da pobreza. Consequentemente contribui para o desenvolvimento econômico das famílias assistidas, pois o desenvolvimento econômico é produto de um longo processo de desenvolvimento social, onde todos os fatores são levados em consideração para a compreensão desse todo (MOTTA; LANDO, 2020, p.20). A melhoria nas condições de vida das famílias, melhora-se o seu entorno e, em longo prazo, contribui para o desenvolvimento social e econômico da comunidade local. Além disso o desenvolvimento econômico impacta diretamente nas condicionalidades e “influencia a política de modificação legislativa”(idem).

As condicionalidades têm como propósito reforçar os direitos à saúde e à educação e, dessa forma, auxiliariam a quebrar o ciclo intergeracional da pobreza. Já as ações e programas complementares visam criar oportunidades para que as famílias superem a situação de vulnerabilidade, proporcionando a melhoria na condição de vida (BRASIL, 2010).

O PBF é fruto da união, em nível federal, de vários outros programas de transferência de renda e já chegou a beneficiar 13,3 milhões de famílias nos 5.564 municípios do Brasil, gerando uma cobertura geral dos segmentos populacionais mais vulneráveis socialmente, em convênio com os poderes locais (IBGE, 2019).

A implantação do PBF no Brasil tem marco no ano de 2002, sob a liderança do presidente Luís Inácio Lula da Silva, um contexto de transição das propostas do governo anterior, optou por transformar os programas de distribuição de renda: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, em uma política de nível macro de combate às desigualdades sociais. Assim, em 2003 foi instituído o programa chamado Bolsa Família, para atingir esse objetivo com intuito de [...] “combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de benefício financeiro associado à garantia de acesso aos direitos sociais básicos, por meio de acesso à alfabetização, à capacitação profissional, ao microcrédito” (COLLARES, 2014, p. 138).

Nessa perspectiva, o programa visa

também atender ao inciso III dos princípios fundamentais da Constituição Federal, “a dignidade da pessoa humana”. Uma pessoa que passa fome, que vive em extrema pobreza não pode viver com dignidade. Além disso, auxilia no cumprimento do artigo 205-seção I - da Educação, pois oportuniza e dá condições da criança estar frequentando a sala de aula (BRASIL, 1988).

Segundo o Governo Federal (2018), o Programa visa melhorar a qualidade de vida da família, a frequência e permanência das crianças na escola. Uma família, dependendo do número de crianças que possui, pode receber entre R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) a R\$ 457,00 (quatrocentos e cinquenta e sete reais) mensais. Certamente é um valor baixo, mas para quem não tem um recurso financeiro garantido mensalmente, o Programa faz diferença na vida de uma família (BRASIL, 2018).

Nas palavras de Cavalcanti, Costa e Silva (2013, p.101), o PBL “foi criado no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003”. Os autores destacam, ainda que seu objetivo consiste em “minorar, de imediato, a pobreza e, por consequência, a desigualdade de rendimento, na medida em que transfere renda para um grupo de famílias elegíveis, impondo-lhes **algumas condicionalidades que abrangem os direitos básicos, como a educação e a saúde** (grifo nosso).

De acordo com Hoffmann (2013), o Bolsa Família vem atendendo a esse objetivo, visto ser responsável por 20% da redução da concentração de renda no país. O autor destaca, ainda que

ao analisar a contribuição de diferentes parcelas para a redução da desigualdade da distribuição da renda no Brasil a partir de 1995,

todas as análises constataam a grande importância das mudanças na distribuição do rendimento do trabalho, mas todas mostram, também, a extraordinária contribuição das transferências sociais, particularmente do Bolsa Família, dada sua pequena participação na renda total (HOFFMANN, 2014, p. 5).

Embora muitos acusem de paternalistas as políticas públicas desse gênero, não se pode negar que elas se mostram necessárias em um país marcado pelas desigualdades. No caso de São Sebastião do Tocantins, conforme o portal da transparência, o município de recebe um repasse mensal de R\$ 221.891,00 do Governo Federal, atendendo um total de 800 famílias de alunos da rede municipal de educação. A transferência dos recursos do PBF parece causar efeito positivo sobre a frequência escolar das crianças e jovens das famílias beneficiadas influenciando o rendimento escolar.

Partindo desses pressupostos, o presente trabalho analisou as contribuições do PBF na permanência dos alunos e conclusão do ensino fundamental no município de São Sebastião do Tocantins, de 2015 a 2019 . A pesquisa guiou-se pelas seguintes questões: Quais os efeitos diretos ou indiretos do PBF no rendimento e permanência ou na taxa de aprovação dos estudantes atendidos pelo PBL no município de São Sebastião do Tocantins?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa adotou a abordagem quantiqualitativa por tratar-se de uma análise de indicadores educacionais (numéricos), tais como: taxa de permanência, frequência e taxa de aprovação dos alunos

nas escolas de ensino fundamental do município de São Sebastião do Tocantins - TO. Utilizou-se de metodologias de delineamento exploratório-descritivo, com aportes de pesquisa aplicada. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A coleta de dados estrutura-se a partir de levantamento bibliográfico e análise documental relativos ao Programa Bolsa Família no Brasil e no município de São Sebastião. Foram empregados dados primários e secundários do banco de dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que integram diversas informações sobre as famílias beneficiárias e autodeclaradas. Também foram usados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relatórios da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Coordenação do PBF, no município, além daqueles cedidos pela Secretaria de Educação e Cultura de São Sebastião do Tocantins.

Os indicadores foram levantados por meio de tais relatórios e outros documentos institucionais, que permitiram compreender, a partir de dados do censo escolar e também da prova Brasil, o desempenho escolar dos alunos beneficiados pelo Bolsa Família.

Contexto da pesquisa

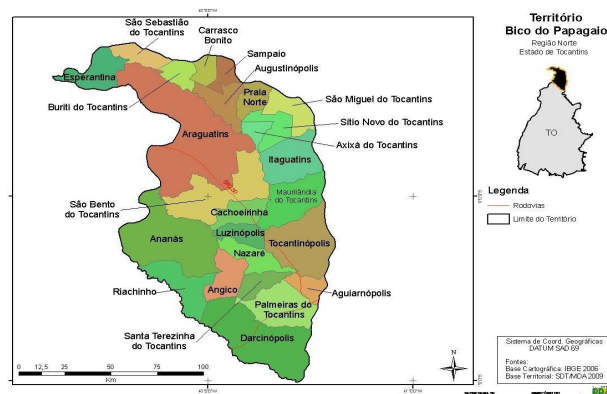
O município de São Sebastião do Tocantins localiza-se a 691 km de distância da Capital do estado, Palmas, na extremidade mais setentrional tocantinense, junto ao município de Esperantina, está inserido no território da Amazônia Legal, à margem do rio Tocantins (IBGE, 2019). Trata-se de um território marcado por intensos conflitos agrários pela posse da terra, durante as

décadas de 1970 e 1980, onde se opunham, de um lado, os trabalhadores rurais em sua maioria oriundos dos fluxos migratórios da região nordeste do Brasil e, do outro, os fazendeiros e investidores provindos da região centro/sul do país.

Apesar de toda luta da população local, mais de cinco séculos após a colonização do Brasil, as desigualdades permanecem e são preponderantes, embora os discursos queiram mostrar sua diminuição. Os latifúndios predominam no país e os camponeses que conseguem permanecer no campo vivem em situações difíceis, pois os investimentos do Estado para os pequenos agricultores são ínfimos diante das necessidades que eles apresentam (COGGIOLA, 2007).

Conforme a figura 1, a região do Bico do Papagaio é composta por 25 municípios e São Sebastião do Tocantins localiza-se às margens do Rio Tocantins, com colônias de pescadores e população ribeirinha. Devido à sua proximidade com os estados do Maranhão e do Pará, normalmente há um grande número de pessoas em trânsito.

Figura 1 – Localização da Região do Bico do Papagaio e do Município de São Sebastião do Tocantins



Fonte: Base Cartográfica: IBGE 2006 e Base Territorial: Brasil (2013).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), o município tem uma população de 4.805 pessoas, com densidade demográfica de 14,91 hab./km². A escolarização de 6 a 14 anos alcança 96,6% e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,573. Em 2017 o salário médio mensal era de 1,3 salários mínimos per capita. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 5,9%.

Na comparação com os outros municípios do Estado do Tocantins, este ocupava as posições 127 de 139 e 121 de 139, respectivamente. Já, em comparação com cidades do país, ficava na posição 5.423 de 5.570 e 4.876 de 5.570, respectivamente. Considerando-se domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o município tinha 54,4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 3 de 139 dentre os municípios do estado e na posição 568 de 5.570 dentre os municípios do Brasil (IBGE, 2019).

Em relação à escolarização, em 2018 o município contava com 1.135 matrículas nas sete escolas de ensino fundamental do município e em 2017 apresentou um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 4,6 nos anos iniciais e 3,8 nos anos finais do ensino fundamental. Nesse contexto, torna-se relevante compreender como as políticas públicas podem contribuir para a permanência e sucesso dos estudantes, na escola.

POLÍTICAS PÚBLICAS: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Política pública, o que é? A quem serve? Perguntas simples, mas que podem ser consideradas complexas de serem

respondidas, pois, podem evocar inúmeras interpretações. Para Souza (2006), política pública é entendida como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o Estado em ação ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no curso dessas.

De acordo com Carvalho (2007), todos os tipos de políticas públicas podem ser considerados, direta ou indiretamente, políticas sociais, já que a sua principal característica é a transversalidade e cujos objetivos presente e permanente deve estar em todas as atividades do governo e não apenas em uma ação setorial e conjuntural.

Rodrigues (2010) destaca que as políticas públicas são relacionadas ao estado de coisas que se pretende alterar e “como fazer” (estratégias de ação) tais alterações. Ele define políticas públicas como ações de Governo revestidas da autoridade soberana do poder público, que dispõem sobre “o que fazer” (ações) e “aonde chegar” (metas ou objetivos). Assim, as políticas públicas são concebidas como um “[...] processo, composto por um conjunto de atividades (etapas ou estágios) que visam atender às demandas e interesses da sociedade” (RODRIGUES, 2010, p.52).

Ainda de acordo Secchi (2013, p. 1), “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”. Como objetos de estudo do campo das Ciências Sociais, as políticas públicas são respostas do Estado às necessidades do coletivo que, por meio do desenvolvimento de ações e programas, objetivam o bem-comum e a diminuição da desigualdade social.

Frey (2000), Saraiva (2006), Souza (2006), Matias-Pereira (2007), dentre outros autores também se propõem a contribuir na

delimitação do termo “políticas públicas”, bem como a classificar os tipos existentes. Dentre os diferentes tipos de políticas públicas os autores destacam três: redistributivas, distributivas e regulatórias.

O PBF se enquadra como uma política pública distributiva, que são aquelas que atendem a grupos específicos. Visam ofertar equipamentos e serviços públicos setoriais, por meio de orçamento público que financia a implementação, por exemplo: iluminação pública, pavimentação de ruas, doações de equipamentos para deficientes físicos e transferência direta de renda com condicionalidades.

As políticas pública distributivas, comportam os programas de transferência de renda que, por sua vez, podem ser enquadrados em dois tipos: “renda básica de cidadania” e “renda mínima garantida” (VANDERBORGHT; PARIJS, 2006). O primeiro tipo - renda básica de cidadania - é a transferência regular de dinheiro público a todos os cidadãos, sem qualquer restrição social ou econômica. Programas de renda mínima garantida diferenciam-se de programas de renda básica de cidadania por serem focalizados na parcela mais pobre da população, além de não exigirem qualquer tipo de contrapartida (CASTRO et al., 2009).

Portanto, o PBL é uma variante desse segundo tipo de política pública distributiva: renda mínima garantida. Ele busca propiciar a inclusão social das famílias tornando-se ferramenta de oportunidades e de emancipação das condições de pobreza, melhoria das condições de saúde e insegurança alimentar e aumento da renda familiar, estimulando, ao mesmo tempo a participação na educação e no mercado de trabalho, sem distorção na escolha da ocupação de trabalho formal ou informal (FREIRE; SANTOS; FREIRE, 2017).

Nesse sentido, apesar de não se vincular diretamente à educação, o PBF permite que esta ganhe materialidade, sendo assegurada pelo “Estado em ação”. O PBF une a educação com o atendimento social, uma vez que, a partir de suas condicionalidades, estimula e define padrões em conjunto, pois para receber o recurso à criança ou o jovem daquela família precisa, obrigatoriamente, frequentar a escola.

Ainda sobre os compromissos do PBF, a cartilha do programa descreve os compromissos com a saúde, com a educação e com a assistência social das crianças e adolescentes, por ele atendidos.

Em relação à saúde: Crianças de até 7 anos devem ter o calendário vacinal em dia. Gestantes devem fazer consultas de pré-natal, conforme calendário definido pelo Ministério da Saúde.

Em relação à Educação: Todas as crianças e os adolescentes de 6 a 15 anos das famílias beneficiárias devem ter frequência escolar mínima de 85%. Jovens de 16 a 17 anos devem ter frequência escolar mínima de 75%.

Em relação à Assistência Social: Crianças de até 15 anos atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) devem frequentar os serviços socioeducativos e de convivência (BRASIL, 2018).

Cabe destacar que o descumprimento das condicionalidades em uma ou mais dessas três áreas não acarreta desligamento imediato do PBF. Primeiro, a família é notificada. Persistindo o problema, o benefício é bloqueado, depois suspenso, mas não cancelado. Somente em casos de reiterada reincidência a família é excluída do PBF. O acompanhamento das famílias que não cumprem as condicionalidades é uma importante agenda de integração entre o

Programa Bolsa Família e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2018).

Na educação, o cumprimento das condicionalidades assegura as condições de escolarização necessárias para o exercício da cidadania, possibilitando o monitoramento individual da frequência escolar em crianças e adolescentes e, quando presente, o motivo de baixa frequência (MACEDO; BIRCK, 2017).

O Programa Bolsa Família e suas contribuições para a educação

Segundo Testa *et al.* (2013), o PBF está “recheado” de condicionalidades - para que ocorra da melhor maneira possível a manutenção do benefício. Entre as obrigações impostas pelo Programa estão: a) famílias que tenham crianças e adolescentes em idade escolar só receberão o incentivo financeiro se os filhos estiverem regularmente matriculados na escola e frequentando a sala de aula; b) devem manter o cartão de vacinação em dia, além de manter acompanhamento nos postos de saúde para minimizar os agravos. Estas condicionalidades são essenciais, pois permitem o controle por parte dos gestores municipais em relação à execução do Programa.

A imposição desses condicionantes, de alguma forma, requer a existência de uma visão intersetorial para a análise do Programa e requer uma estrutura administrativa por parte de diversos setores. Por exemplo, a Coordenação Geral da Política de Nutrição e Alimentação (CGPAN), integrada ao Departamento de Atenção Básica (DAB), que em nível municipal faz parte da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), são responsáveis por realizar o acompanhamento semestralmente por meio de um sistema eletrônico, conhecido como Sistema de Vigilância

Alimentar e Nutricional (SISVAN), que permite o acesso tanto para os Estado como Municípios, que monitoram as famílias beneficiárias em relação a aspectos da saúde (COLLARES, 2014).

No âmbito da educação, a atribuição de monitorar e controlar a frequência escolar é feita pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Esse monitoramento é realizado pelas Secretarias Municipais de Educação a cada bimestre. O Registro da frequência dos alunos é realizado por meio de um aplicativo que fora desenvolvido pela Caixa Econômica Federal. Segundo o levantamento do Ministério de Desenvolvimento Social, cerca de 12,4 milhões de crianças/adolescentes (90%) dentro de um total de 16,2 milhões mantiveram a frequência informada dentro de uma totalidade de 5.329, ou seja, quase 95% das escolas. Contudo, o documento informa que dessas escolas, aproximadamente, 549 mil (4,8%) não cumpriram com os 85% de frequência exigida (BRASIL, 2018).

Considerando a importância da inserção de jovens no sistema educacional e sua permanência e desenvolvimento escolar, os indicadores escolares são estratégias de avaliação da finalidade do PBF na educação, cujos resultados têm como objetivo determinar se o PBF produz efeitos e impactos positivos na educação de seus beneficiários, enfocando aspectos relacionados à frequência, matrícula, evasão, aprovação, atraso e desempenho escolar.

Em seus estudos de avaliação do Programa Bolsa Família, Santos *et al.* (2019) incluíram crianças que residiam no meio rural, com renda domiciliar per capita mensal semelhante entre os grupos e crianças do meio urbano/rural com rendas equiparadas

(após ajuste de discrepâncias), respectivamente. Agruparam os indicadores em frequência escolar e abandono escolar; matrícula e evasão escolar; aprovação, atraso e desempenho escolar e no que tange à frequência e abandono escolar, tendo como unidade de análise o aluno, obtiveram impactos positivos e significativos para os beneficiários.

Nas duas pesquisas desses autores o impacto do PBF foi positivo na assiduidade de aulas dos alunos na região nordeste, porém em taxas decrescentes, de 2004 para 2006 e de amostras PNAD para amostras provenientes de campo. A participação no PBF mostrou-se inócua entre as crianças e adolescentes que declararam deixar de comparecer às aulas no período de um bimestre com aqueles que frequentaram regularmente a escola no mesmo período (SANTOS *et al.*, 2019).

No sentido de discutir o conhecimento do Programa no Brasil, segundo Castro *et al.* (2009), as pessoas que conhecem os usuários do PBF afirmam como estes utilizam os recursos do Programa. Ao analisar os dados abaixo pode-se afirmar que o PBF tem diminuído as desigualdades sociais no Brasil e tem sido utilizado adequadamente para o fim a que o mesmo se destina: melhorar a qualidade de vida das pessoas que viviam na extrema pobreza.

Baseado nessas pesquisas realizadas em diversas regiões do Brasil, entende-se a fundamental importância de compreender qual é o impacto deste Programa no município de São Sebastião do Tocantins, principalmente o processo de escolarização das crianças beneficiadas, uma vez que, em 2019, eram cerca de 558 crianças e jovens de 6 a 17 assistidas pelo Programa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA A EDUCAÇÃO EM SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS

Para ampliar o conhecimento sobre o atendimento efetuado pela Secretaria de Assistência Social do município de São Sebastião do Tocantins, foi utilizado um relatório da Secretaria de Assistência para explicitar como a gestão do PBF, para identificar como se realiza seu monitoramento. Esse documento segue os parâmetros dos relatórios oficiais do SUAS, sendo relatórios sintéticos e analíticos das famílias que cadastradas pelo PBF.

Por meio deles “[...] é possível o acompanhamento com grande eficácia, ressaltando que o trabalho intersectorial é essencial para o bom resultado dessas ações que são desenvolvidas” (SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS, 2020, p. 1). O relatório destaca ações intersectoriais para o bom desempenho do Programa, mas não destaca quais ações:

[...] o governo federal e em parceria com a secretaria municipal de saúde e secretaria municipal de educação esporte cultura e lazer, faz o planejamento das ações durante todo o ano para que esse público seja alcançado com as políticas públicas, como forma de garantir seus direitos e equidade a todos que necessitar. Nesse sentido, várias ações intersectoriais são desenvolvidas no decorrer do ano, com o objetivo de alcançar a todas as famílias pobres e extremamente pobres do município (SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS, 2020, p. 2).

O relatório não destaca a relação do Programa com a educação, ou seja, o que o Programa e a gestão municipal fazem em

relação à educação, permanência, aprovação, frequência das crianças apoiadas pelo PBF. Há indícios de necessidade de melhoria da ligação da gestão do Programa com as ações educacionais. Aponta que as famílias cumprem a condicionalidade do PBF e que “[...] é fundamental para a permanência de muitas crianças na escola e redução da evasão escolar do município nessa faixa etária de idade que são acompanhadas pelo programa” (SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS, 2020, p. 2).

O relatório destaca que o atendimento realizado em 2020 foi de **774 famílias**, representando uma cobertura de 106,8 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 254,68 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 197.123,00 no mês (idem, p. 3).

Uma problemática que ocorre em todo Brasil no monitoramento do programa, é a falta de apoio financeiro e transporte para as visitas domiciliares às famílias assistidas pelo PBF e a busca ativa, tanto na zona urbana quanto na rural. Outro fator destacado é a oferta de outros serviços para melhorar a

compreensão e o trabalho da rede de atendimento ao Programa. Uma ação intersectorial que poderia ser realizada, com organização da gestão é a realização de palestras e debates com a direção, coordenação e professores das redes de ensino municipal e estadual sobre a importância do acompanhamento desse público, mantendo a permanência das crianças e adolescentes nas redes ensino municipal e estadual (SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS, 2020, p. 3).

Assim, nos anos de 2018 e 2019, o PBF atendeu um total de 3.386 estudantes e suas famílias. Ou seja, a maioria da população, fato importante para um município que possui uma população estimada em torno de 4.805 habitantes (IBGE, 2019).

A rede pública de educação de São Sebastião do Tocantins

A rede pública de educação do município de São Sebastião do Tocantins é formada por sete unidades de ensino, conforme apresenta o tabela 1.

Tabela 1 – Matrículas e número de beneficiários do PBF

ANO	Nome da Unidade de Ensino	Mod. Atendimento	Matriculados	Alunos do Bolsa Família
2018	Escola Mun. Letícia Carneiro de Sousa	Ensino Infantil	97	09
		E. Fundamental	335	205
	Creche Mun. Sagrado Coração de Jesus	Ensino Infantil	76	09
	Escola Municipal Bela Vista	Ensino Infantil	15	-
		E. Fundamental	22	16
	Escola Municipal Goiás	Ensino Infantil	7	-
		E. Fundamental	13	10
	Escola Mun. Prof. ^a Docilda S. F. Silva	Ensino Infantil	7	-
		E. Fundamental	8	5
	Colégio Est. Irio Oliveira Sousa	E. Fundamental	37	-
Ensino Médio		165	97	
	Escola Est. Dr. Pedro Ludovico Teixeira	E. Fundamental	385	283
Total	07 U.E		1.135	664

ANO	Nome da Unidade de Ensino	Mod. Atendimento	Matriculados	Alunos do Bolsa Família
2019	Escola Mun. Letícia Carneiro de Sousa	Ensino Infantil	78	38
		E. Fundamental	353	231
	Creche Mun. Sagrado Coração de Jesus	Ensino Infantil	101	18
		E. Fundamental	21	-
	Escola Municipal Bela Vista	Ensino Infantil	21	-
		E. Fundamental	20	18
	Escola Municipal Goiás	Ensino Infantil	8	-
		E. Fundamental	15	12
	Escola Mun. Prof. ^a Docilda S.F Silva	Ensino Infantil	7	-
		E. Fundamental	13	14
		Ensino Médio	206	-
	Escola Est. Dr Pedro Ludovico Teixeira	E. Fundamental	332	212
Total	07 U. E.		1.154	543

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de São Sebastião do Tocantins (2020).

Cabe destacar que quatro escolas são localizadas na zona rural do município, a Escola Municipal Armando Alves da Silva (P.A Nova Estrela) Escola Municipal Goiás (Povoado José Estêvão) Escola Municipal Docilda Santos Ferreira da Silva (P.A Jurandir) Escola Municipal Anajás (P.A Asa Branca).

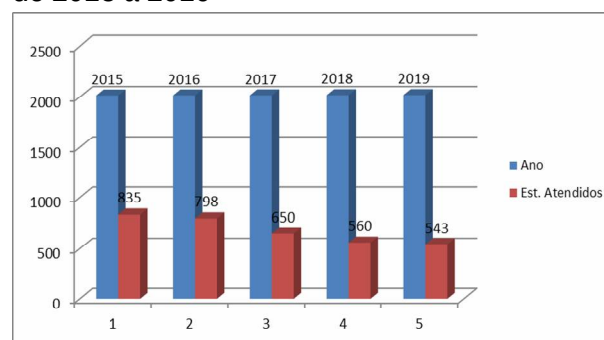
Ao ler a tabela 1, verifica-se que em 2018, 58,5% dos estudantes matriculados na rede pública municipal eram beneficiários do PBF. Em 2019 houve uma queda no total de atendidos pelo PBF, em torno de 10%, assim, apenas 48,3% dos estudantes matriculados, foram atendidos. Destaca-se que tal fato se deu pelo corte das verbas e repasses federais aos municípios sendo que o atual governo propôs diversas mudanças e até mesmo corte do programa. Outro fato importante a ser considerado é a idade das crianças, que concluíram ensino fundamental, e assim deixam de fazer parte do PBF.

Em articulação com a transferência de renda e o reforço ao acesso a direitos sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social, efetivados pelas condicionalidades, as ações integradas vêm fortalecer as contribuições para a superação da pobreza e extrema pobreza entre as gerações dos beneficiários do programa.

O PBF na educação de São Sebastião do Tocantins

Os dados da pesquisa demonstram que o mais importante são os benefícios que o PBF traz para quem os recebe. Os gráficos apresentados a seguir (Figuras 2 e 3) indicam o número de estudantes atendidos por ano e os valores investidos no município por meio da transferência direta de renda do PBF.

Figura 2 - Número de estudantes atendidos de 2015 a 2019



Fonte: Dados da SMAS, elaborado pelo primeiro autor (2020).

O recurso recebido anualmente (2015-2019) deve contribuir para a permanência, a frequência e o sucesso do estudante na escola. Tais comodidades no município em

pauta, estão mostrados nas Tabelas 2 a 6, a seguir. Cabe destacar que na Educação Infantil (creches e pré-escolas) não há movimentação de aprovação/reprovação de alunos. Por isso os quadros apresentam

totais somente dos estudantes do Ensino Fundamental das redes pública municipal e estadual, em funcionamento no município de Sebastião do Tocantins.

Tabela 2 – Dados do Programa Bolsa Família – ano 2015

Modalidade	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Alunos do PBF	Recursos PBF R\$	Freq. Total
Ed. Infantil	Creche 82	-	-	-	-	98%
	Pré-escolar 154	-	-	-	-	97%
Ens. Fund. Rede municipal	507	406	40	718	2.349.028,65	92%
Ens. Fund. Rede Estadual	434	396	20			89%
E. Médio	165			117		85%
Total EF e EM	1.106		60	835		
Total Geral	1.342	802	60	835	2.349.028,65	

Fonte: SMAS do Município/SEMED (2020).

Tabela 3 – Dados do Programa Bolsa Família – ano 2016

Modalidade	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Alunos do PBF	Total recursos PBF (R\$)	Freq. Total
Ed. Infantil	Creche 77	-	-			90%
	Pré Escola 120	-	-			90%
Ens. Fund. rede Municipal	462	367	52	687	2.458,172,70	89%
Ens. Fund rede Estadual	431	395	25			92%
E. Médio	138		-	111		85%
Total EF e EM	1.031	762	77	798		
Total Geral	1.228	762	77	798	2.458,172,70	

Fonte: SMAS do Município/SEMED (2020)

Tabela 4 – Dados do Programa Bolsa Família – ano 2017

Modalidade	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Alunos do PBF	Recursos PBF (R\$)	Freq. Total
Ed. Infantil	Creche 93	-	-	-	-	90%
	Pré-escolar 120	-	-	-	-	90%
Ens.Fund. Rede Mun.	453	372	24	562	2.480,967,45	89%
Ens. Fund. Rede Estadual	383	315	32			92%
Ens. Médio	293	179	23	88		87%
Total EF e EM	865	687	79	650		
Total Geral	1.078	687	79	650	2.480,967,45	

Fonte: SMAS do Município/SEMED (2020).

Tabela 5 – Dados do Programa Bolsa Família – ano 2018

Modalidade	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Alunos do PBF	Recursos PBF (R\$)	Freq.
Ed. Infantil	Creche 81					92%
	Pré-escolar 120					95%
Ens.Fund. Rede Mun.	413	364	24	477	2.641,616,78	89%
Ens.Fund. Rede Estadual	391	342	21			92%
E.Médio	208	122	40	83		88%
Total EF e EM	1.012	828	85	560		
Total geral	1.213	828	85	560	2.641,616,78	

Fonte: SMAS do Município/SEMED (2020).

Tabela 6 – Dados do Programa Bolsa Família – ano 2019

Modalidade	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Alunos do PBF	Total de recursos PBF	Freq.
Ed. Infantil	Creche 101					92%
	Pré-escolar 108					95%
Ens.Fund. municipal	429	295	35	443	2.517.819,00	95%
Ens. Fund. Rede Estadual	332	289	11			92%
E.Médio	197	167	10	100		89%
Total EF e EM	958	751	56	543		
Total geral	1.167	751	56	543	2.517.819,00	

Fonte: SMAS do Município/SEMED (2020)

A leitura das Tabelas 2 a 6 revela informações relevantes, dentre elas:

Os resultados apresentados revelam o atendimento às condicionalidades do PBF, tais como, frequência, aprovação e permanência. Assim, no período de 2015 a 2019, a maioria dos estudantes atenderam ao quesito frequência mínima e participação nas atividades e permaneceram no programa. Isso condiz com a condicionalidade do PBF de que, todas as crianças e os adolescentes de 6 a 15 anos das famílias beneficiárias devem ter frequência escolar mínima de 85%. Jovens de 16 a 17 anos, geralmente ensino médio, devem ter frequência escolar mínima de 75% (BRASIL, 2014).

O ano de 2015 foi o que recebeu a menor quantidade de recurso e teve o maior aprovação consequentemente menor taxa de reprovação dos estudantes. Em 2018, ocorreu o contrário, foi o ano com o maior montante de recursos, do PBF, mas 40 alunos do ensino médio foram reprovados ou evadidos da escola, por outro lado, as taxas de frequências atenderam ao quesito frequência mínima. Tal fato nos chamou a atenção, apesar de representarem no contexto local o que ocorre no contexto regional e nacional, em que o número de reprovações e evasão escolar se concentram no ensino médio.

Cabe mencionar que a gestão do PBF é compartilhada entre União, estados e municípios conforme preconiza a Constituição Federal do Brasil, que as três esferas de governo têm responsabilidades no combate à pobreza e à desigualdade. Essa parceria é importante para a gestão, aperfeiçoamento, ampliação e fiscalização do programa, em todas as fases (SECCHI, 2013)

Pesquisa realizada pela Fundação Roberto Marinho em 2019, revela que a

evasão escolar é um dos maiores problemas educacionais do Brasil. Tal fato ocorre por vários fatores, tais como, gravidez na adolescência, necessidade de trabalhar, dificuldades logísticas, desinteresse e falta de expectativa com o futuro. É nesse cenário em que os jovens iniciando o ensino médio são os que mais abandonam as escolas (MALVÃO, 2021).

A PND de 2019 demonstra que cerca de 680 mil Jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola, sem ter concluído a Educação Básica, o que representa 7,1% desta faixa etária. A região do Bico do Papagaio onde se localiza o município de São Sebastião do Tocantins, é uma das regiões do estado do Tocantins com menor IDH e a escolaridade é um dos indicadores que influenciam para melhoria desse índice.

Os dados confirmam os valores que foram investidos no PBF no município de São Sebastião do Tocantins e como tais valores foram importantes para a permanência e aprovação dos estudantes beneficiados, assim como para suas famílias. Tão negativo quanto a evasão é quando o estudante permanece e frequenta as aulas, mas ao final reprova. Sem desconsiderar a possível influência de que outros fatores, cabe destacar o alto índice de aprovação no ensino médio e fundamental, no período em pauta.

A Secretaria Municipal de Assistência Social necessita melhorar seus parâmetros de monitoramento do PBF, seguindo seus preceitos e condicionalidades. Brasil (2014) aponta as condicionalidades, trata da parceria entre os entes e demais instituições e apresenta o desenvolvimento do Programa, em que alguns elos são quebrados e o PBF não corresponde ao planejado, geralmente por falta de maior envolvimento dos demais parceiros.

Em suas pesquisas Castro et al. (2009), Freire, Santos e Freire (2017), Tesda (2013) e Santos (2019) mostram que o Bolsa Família melhorou a segurança alimentar e nutricional das famílias mais pobres. As famílias beneficiárias, em especial as crianças, alimentam-se mais e melhor.

Outras avaliações desenvolvidas por Santos, Delatorre e Ceccato (2019) e Cobe (2012) mostram que o PBL ajuda a reduzir a evasão escolar e a melhorar a frequência. Os recursos transferidos também têm tido papel substancial na dinamização da economia dos municípios mais pobres, com impactos importantes no desenvolvimento local, o que também fica comprova com este estudo em relação aos indicadores no município de São Sebastião do Tocantins.

Cabe mencionar, ainda, que o ensino fundamental e médio, contribuem muito para o acesso ao mercado de trabalho, já que é neste período que muitos jovens abandonam a escola em busca de uma colocação no mercado de trabalho, não retomando os estudos. Isso posto, entende-se que é na permanência dos jovens nas escolas que diminuirão os problemas socioeconômicos da região.

A Secretaria de Educação do município reconhece os dados de aprovações e reprovações e evasão escolar, no entanto, nem a Secretaria de Educação nem a Secretaria de Assistência Social desenvolvem ações voltadas para a melhoria destes indicadores. Nesse sentido, entende-se que as duas secretarias deveriam ter um atendimento especializado e um monitoramento específico, que atendesse melhor os usuários do PBF, já que a educação pode ajudar a minimizar os problemas socioeconômicos no município.

Tomando como parâmetro o ano de 2019, último arrolado na presente pesquisa,

os resultados apontam que os estudantes beneficiários do PBF atendem aos requisitos básicos, para permanecerem no programa, já que possuem a frequência necessária, tanto no Ensino Fundamental que apresentou uma taxa de 85%, como no Ensino Médio com uma taxa de 75% de frequência.

Isso posto, os dados demonstram que o PBF influenciou de forma direta a permanência e aprovação dos beneficiários no ano de 2019, além de melhorar a qualidade de vida das famílias e auxiliar na aquisição de alimentos, material escolar, remédios e vestimenta, que são itens essenciais às famílias.

Esses resultados são similares aos identificados por Macedo e Birck (2017) e Santos *et al.* (2019), constataram impactos positivos e significativos para os beneficiários com melhoria das condições socioeconômicas das famílias atendidas pelo programa. Já pesquisas realizadas por Santos, Delatorre e Ceccato (2019) e Cobe (2012) mostraram que o PBL ajudou a reduzir a evasão escolar e a melhorou a frequência dos estudantes.

De acordo com os relatórios do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2020) o acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários do PBF alcançou resultados positivos no quinto período de 2019, referente aos meses de outubro e novembro. Dos 13,28 milhões de estudantes brasileiros que participam do PBF, foi registrado o acompanhamento de 12,36 milhões, ou seja, 93,07% de alunos. Este foi o melhor resultado do ano de 2019. Sendo que a meta estabelecida no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 era de 89,5%. O resultado, portanto, foi superior à meta em quase dois pontos percentuais. Ainda de acordo com o MDS (2020) esse resultado é fruto do

trabalho realizado pelas redes municipais de educação de todo Brasil e da articulação dos Ministérios da Educação e da Cidadania com as suas respectivas coordenações estaduais e municipais.

No caso específico de São Sebastião do Tocantins, objeto deste estudo, o PBF vem se mostrando como uma política relevante para diminuir as desigualdades sociais. E, ainda, para que tal política pública seja utilizado adequadamente cumprindo o fim a que se destina, deve ser acompanhado e controlado em todas as fases, desde sua implantação, execução, e avaliação, ou seja, em todos os ciclos conforme Secchi (2013). Entende-se que somente assim, o programa conseguirá beneficiar mais pessoas e melhorar os índices de desenvolvimento do município.

Isso posto, recomenda-se inovações nos Projetos Político Pedagógico das escolas, bem como, novas ações a serem planejadas para o futuro nas secretarias municipais de Educação e Assistência Social. E, assim, melhorar o atendimento aos beneficiários e suas famílias ao PBF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar o PBF, por meio da revisão de diferentes estudos tanto com vertentes contrárias e favoráveis. As avaliações demonstram que o PBF alcançou avanços significativos na redução da miséria absoluta, no acesso a serviços básicos e na participação econômica dos mercados locais.

Sobre os efeitos diretos do PBF no rendimento e permanência ou na taxa de aprovação dos estudantes atendidos por este programa no município de São Sebastião do Tocantins, conclui-se que, no período arrolado no presente estudo (2015 a 2019), o governo federal repassou por meio do PBF,

um total de R\$ 12.447.604,58, valor que atendeu a 3.336 alunos no município de Sebastião do Tocantins. Isso significa R\$ 3.731,29 de renda per capita injetados diretamente na economia local. Neste caso, o PBF vem se mostrando como uma política relevante para diminuir as desigualdades sociais. E, ainda, para que tal política pública seja utilizada adequadamente cumprindo o fim a que se destina. O PBF deve ser acompanhado e controlado em todas as fases, desde sua implantação, execução e avaliação. Somente desta forma, conseguirá beneficiar mais pessoas, além dos que já são beneficiários, melhorando os índices de desenvolvimento do município.

Os resultados desta pesquisa demonstram que o PBF amplia a renda dos moradores, pois os recursos acessados pelos beneficiários são injetados diretamente na economia local, na aquisição de bens e produtos de primeira necessidade das famílias e, como isso, pode contribuir para dinamizar a economia local. Dessa forma, entende-se que os recursos do PBF é um aporte financeiro tanto para as famílias como também para o município que o recebe.

Os estudantes beneficiários do PBF atenderam aos requisitos básicos, para permanecerem no programa, já que possuem a frequência necessária, tanto no Ensino Fundamental que apresentou uma taxa de 85%. Já o Ensino Médio apresentou uma taxa de 75% de frequência. Outro fato não menos importante é que o PBF determinou parcerias visando a melhoria da renda de seus usuários e familiares.

No entanto, recomenda-se que a fase de implementação do programa no município seja melhorada. Nesse sentido, entende-se que as duas secretarias deveriam ter um atendimento especializado e um monitoramento específico, que atendesse

melhor os usuários do PBF, já que a educação pode ajudar a minimizar os problemas socioeconômicos no município

Sobre a questão das possibilidades de se pensar na melhoria dos indicadores de desenvolvimento dos municípios sem a política pública de educação e o PBF em pequenos municípios da Região do Bico do Papagaio. Entende-se, que os beneficiários do PBF são alunos do ensino fundamental, da rede municipal e estadual de ensino. E é nesta fase (idade entre 7 e 15 anos) que muitos abandonam os estudos, aumentando a evasão escolar. Ressalta-se o fato de que os jovens iniciando o ensino médio são os que mais abandonam as escolas.

A PND de 2019 demonstrou que muitos jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola, sem ter concluído a Educação Básica. E, é nesse sentido, que Estado e Municípios deveriam se organizar na formulação e adoção de políticas públicas que atendessem estes jovens, dando condições de igualdade e oportunidade de mudança de vida. Isso significa dizer que o PBF é importante, mas são necessárias outras políticas públicas complementares para minimizar principalmente a evasão escolar dos jovens brasileiros.

Em relação a questão do monitoramento, conclui-se que tanto a gestão pública diretamente responsável pelo Programa como a escola precisam desenvolver ações, pedagógicas e sociais, direcionadas aos estudantes e às famílias dos beneficiários do PBF. Tais ações podem ser organizadas em estreita articulação com a elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico das unidades de ensino.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, M.; AZEVEDO, S. de. A capacitação dos conselhos setoriais em influenciar políticas públicas: realidade ou mito? In: SANTOS JUNIOR, O. A. (org.) **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- ALVIM, A. M. M.; BESSA, K.; FERREIRA, G. L. L. Urbanização, migração e rede urbana no Tocantins: concentração de atividades político-econômicas e redefinição dos papéis dos principais centros urbanos. **Boletim de Geografia**, v. 37, n. 1, p. 13-31, 2019.
- AMARAL MOTTA, Andréa Costa do; LANDO, George André. O desenvolvimento econômico como direito fundamental. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 19, n. 221, p. 16-26, 2020.
- ARAÚJO, G. C. de. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: "O problema maior é o de estudar". **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2013.
- ARROYO, M. G. Módulo introdutório - pobreza, desigualdades e educação. Curso de especialização em educação, pobreza e desigualdade social. SECADI, Ministério da Educação. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br> Acesso em: 15 out. 2016.
- AZEVEDO, S. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JUNIOR, O. A. (Org.) **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselhos municipais**. Rio de Janeiro: Fase, 2003.
- BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERALDO, K.; GONÇALVES, L. M. Políticas públicas e educação no campo: caso das Escolas Família Agrícolas no TBP-Tocantins.

Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR, v. 15, n. 2, Edição Especial, p. 77-89, mar/2019. Taubaté, SP, Brasil.

BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política: A filosofia política e as lições dos clássicos**. Tradução Daniela B. Versiani, Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família: cidadania e dignidade para milhões de brasileiros**. Brasília, DF: MDS, 2010.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. Manual do Pesquisador. Brasília: MDS, 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa Bolsa Família**. 2018. Cartilha. <http://www.desenvolvimentosocial.gov.br/Portal/servicos/bolsa-familia/gestao-do-programa-1/condicionalidades>. Acesso em 09/02/2020.

CABRAL, J. P. C. Esquerda Progressista Uruguaia e a Reforma Agrária de Mercado: 2004-2011. In: OLIVEIRA, A. U. de et al.(orgs.). **Território em conflito, terra e poder**. Goiânia: Kelps, 2014, p. 105-169.

CARVALHO, Ailton Mota de. **Políticas sociais: afinal do que se trata? Agenda Social**.

Revista do PPGPS/UENF, Campos dos Goytacazes, v. 1, n. 3, set-dez/2007, p. 73-86.

CASTRO, H. C. O.; WALTER, M. I. M. T.; SANTANA, C. M. B. de; STEPAHNOU, M. C. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na Sociedade Brasileira. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, v. 15, n. 2, nov. 2009.

CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M. **Programa Bolsa Família e o nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006**. **Rev. econcontemp**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 99-128, Abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 25 abr. 2019.

CEJA, C. M. La política social mexicana de cara a La pobreza. *Geo Crítica Scripta Nova*, **Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**, Universidad de Barcelona, v. III, n. 176, nov. 2004, p. 48-49.

CEPAL. **La protección social de cara AL futuro: acceso, financiamiento y solidaridad**, Montevideo, Uruguay, 2006.

COBO, B. **Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios**. São Paulo: Cortez, 2012.

COGGIOLA, O. La Cuestión Agraria en Brasil. Grupo de Pesquisa História e Economia Mundial Contemporâneas. **Artigos**. Março de 2007. Disponível em: <http://www.rebelion.org/docs/39.143pdf>. Acesso em: 19 dez. 2015.

COLLARES, M. E. H. **Combate à pobreza: a educação e o programa bolsa família**. 2014. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.

CUNHA, J. R. W. **Bolsa Família está deixando de atender 3,7 milhões de lares com direito ao benefício**. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/bolsa-familia-esta-deixando-de-atender-37->

milhoes-de-lares-com-direito-ao-beneficio/. Acesso em: 24 jan. 2021.

CURY, C. R. J. **Sistema Nacional de Educação: uma reflexão provocativa ao debate**. In: DE MASI, D. O sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos pós o Manifesto. Disponível em: www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/articl. Acesso em: 25 jun. 2020.

DELGADO, A. P. O impacto das políticas públicas nas práticas escolares sob a ótica da avaliação de aprendizagem. **Espaço do Currículo**, v. 4, n. 2, p.162-171, Setembro de 2011 a Março de 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec> 162. Acesso em: 28 nov. 2020.

DRAIBE, S. M. Uma nova agenda social na América Latina? Pontos de partida para a análise comparada dos sistemas de proteção social e suas mudanças recentes. In: SOLA, L.; LOUREIRO, M. R. G. (Orgs.). **Democracia, mercado e Estado: o B de Brics**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 249-288.

DUARTE, N. S. de. Política Social: **Um estudo sobre educação e pobreza**. 2012. 240 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ESPING-ANDERSEN, G. “Power and distributional regimes”. **Politics & Society**, v. 14, n.2, p. 223-256, 1985.

ESPING-ANDERSEN, G. As Três Economias Políticas do Welfare State. **Revista Lua Nova**, n. 24, p.85-116, 1991.

FARENZENA, N; LUCE, M. B. Políticas Públicas de Educação no Brasil: reconfigurações e ambiguidades. **Avaliação de Políticas Públicas**, Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, p. 195-215, 2014.

FARIA, Carlos. A. Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de Bem Estar Social.

Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 46 pp. 39- 71, 1998.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista NERA**, Año IX n. 24, oct., p. 73-85, 2008.

FERREIRA, A. M.; NOGUEIRA, F. M. B. **Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas: Plano Nacional de Educação**, 2016. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Noticias/impactos_politicas_educacionais_cotid.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: FioCruz, 1994.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, J. S. E.; SANTOS, J. B.; FREIRE, J. C. S. (Orgs.). **Reflexões sobre educação, pobreza e desigualdade social: primeiras aproximações**. Palmas: EDUF, 2017.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Ipea Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000.

GERHAEDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIUVANNUCCI, G. A. **A agroecologia como caminho para uma nova educação do campo**: BOGO, F. Taquaruçu Grande – Palmas –TO, 2019, 76 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas), Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2019.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <http://aspta.org.br/wpcontent/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-de-Desenvolvimento-Rural-noBrasil.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

GUNTHER, H. **Como elaborar um questionário?** Serie: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais. Brasília: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003.

HALUM, C. H. **Municípios tocantinenses**, suas origens, seus nomes. Palmas: Provisão Gráfica e Editora, 2008.

HECKMAN, J. J.; MASTEROV, D. V. O argumento da produtividade para investir em crianças pequenas. NBER **Working Paper**, n. 1306, 2007. Disponível em: <https://translate.google.com>. Acesso em: 25 abr. 2019.

HOFFAMANN, R. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil nas cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jun. 2006. https://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Politic as_sociais_alunos/2011/pdf/9BES_Gini. Acesso em: 28 de mai. 2020.

HOFFAMANN, R. **Transferências de renda e desigualdade**, Brasil, 1995-2012: análise de 11 parcelas da renda domiciliar per capita. Jan. 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/312602109>. Acesso em: 28 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do município de São Sebastião do Tocantins**. 2019. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 abr. 2019.

MACEDO, M.L.L.; BIRCK, R. A significativa importância do Programa Bolsa Família no cotidiano familiar. In: FREIRE, J. S. E.;

SANTOS, J. B.; FREIRE, J. C. S. (Orgs.). **Reflexões sobre educação, pobreza e desigualdade social**: primeiras aproximações. Palmas: EDUF, 2017.

MACHADO, C. V. Desenvolvimento, proteção social e política de saúde: o Brasil no contexto latino-americano. In: VIANA, A. L. D.; BOUSQUAT, A.; IBAÑEZ, N. (Orgs.). **Saúde desenvolvimento, ciência, tecnologia e inovação**. São Paulo: Hucitec, 2012. p. 65-98.

MAINGÓN, T. Las políticas sociales: discusión teórica, conceptual y metodológica, Caracas, Venezuela: **Cuadernos Del Cendes**, n. 19, enero/abr. 1992.

MALVÃO, A. C. **Evasão escolar**: Porque os jovens deixam as escolas? Disponível em: <https://www.futura.org.br/> Acesso em 05/06/2021.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, J. S. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo social**, v.15, n. 2, p. 141-175, 2003.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MESQUITA, C. S. **O Programa Bolsa Família**: Uma análise de seu impacto e alcance social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade de Brasília UNB, Brasília, 2007.

MONNERAT, G. L. **Transferência condicionada de renda, saúde e intersectorialidade**: lições do Programa Bolsa Família. 2009. 283 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:

http://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/25496_Gisell_e_Lavinas_Monnerat.pdf. Acesso em: 18 dez. 2019.

MORAES, V. D.; MACHADO, C. V. O Programa Bolsa Família e as condicionalidades de saúde: desafios da coordenação intergovernamental e intersetorial. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. especial 3, p. 129-143, set, 2017.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

NASCIMENTO, L. R. do. Reproduções de processos de exclusão social pelo controle e disciplinamento de estudantes de camadas populares. In: FREIRE, J. S. E.; SANTOS, J. B.; FREIRE, J. C. S. (Org.). **Reflexões sobre educação, pobreza e desigualdade social: primeiras aproximações**. Palmas: EDUF, 2017.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v.15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PATO, M. H. S. Escolas cheias, cadeias vazias: notas sobre raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, 2007.

PAUGAM, S. (Org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

PELLEGRINA, H. S. **Impactos de curto prazo do Programa Bolsa Família sobre o abandono e o desempenho escolar do alunado paulista**. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PINHEIRO JÚNIOR, F. A. **A evolução das políticas sociais no Brasil: o período de 1930 a 2010**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos**

e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013

ROCHA, R. J. S.; CABRAL, J. P.C. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. **Revista Produção Acadêmica**, Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/NURBA, v. 2, n. 1, p. 75-86, Jun. 2016.

RODRIGUES, W.; OLIVEIRA, T. J. A.; SANTOS, N. S. **Mapeamento dos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Tocantins**. Palmas: UFT, IDT-Centro Norte, 2018.

SACRISTÁN, J. G. **A educação obrigatória: seu sentido educativo e social**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SANTOS, M. C. S. et al. Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. **Ciência e saúde coletiva**, v.24, n. 6, Rio de Janeiro, Jun. 2019.

SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS. **Relatório SUAS**. Relatório de ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Sebastião do Tocantins, Tocantins, 2020.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SIMÕES, A. A. **The contribution of Bolsa Família to the educational achievement of economically disadvantaged children in Brazil**. 2012. 277 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Sussex, Brighton, 2012. Disponível em: http://sro.sussex.ac.uk/40673/1/Sim%C3%B5es%2C_Armando_Amorim.pdf. Acesso em: 12 out. 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, v. 1, n.16, p. 20-45, jul/dez, 2006.

STECHEI, T. O. **O Programa Bolsa Família e suas condicionalidades**: entre o Direito e o dever. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Curitiba, 2015.

TESDA, M. G. et al. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 1519-541, nov./dez., 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VANDEBORGHT, Y.; PARIJS, P. van. **Renda básica de cidadania**: fundamentos éticos e econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.